

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.133 - PR (2019/0260309-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **ELCI DE BRITO**
ADVOGADOS : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**
 RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES E OUTRO(S) -
 PR036728
 SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
AGRAVADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **VOLNIR CARDOSO ARAGAO E OUTRO(S) - RS028906**
AGRAVADO : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **MARCO AURELIO MELLO MOREIRA E OUTRO(S) - RS035572**
 CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
 JOÃO FILIPE PARPINELLI - RS090570
 PAULO ANTONIO MULLER - PR067090

DESPACHO

O recurso especial não foi instruído com as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento em razão de a parte alegar ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. No entanto, a simples alegação, sem comprovação ou pedido nos autos, não é suficiente afastar a deserção.

Da mesma forma, é insuficiente a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento ou cópia integral dos respectivos autos, o que não ocorreu no caso concreto.

Assim, nos termos do § 4.º, art. 1.007, do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para comprovar a condição de beneficiário da gratuidade de justiça deferida pela origem, expressa ou tacitamente, ou realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente